

Seminário Internacional: “Ilegitimidade da Dívida: Um Caso de Auditoria”

A Campanha Jubileu Sul realizou, em Brasília, dia 10 de novembro de 2004, Seminário que buscou fortalecer a articulação internacional para a auditoria conjunta das dívidas dos países do 3º Mundo

A Campanha Jubileu Sul realizou em Brasília nos dias 9 a 11 de novembro de 2004, em conjunto com várias outras entidades, Oficina Internacional da Auditoria das Dívidas. No dia 10, realizou-se no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal o Seminário Internacional *“Ilegitimidade da Dívida: Um Caso de Auditoria”*. O Seminário contou com a presença de representantes de vários países da América Latina, que fizeram um diagnóstico do endividamento externo latino-americano e ressaltaram a importância do mecanismo da Auditoria para a resolução do problema do endividamento.

Em sua abertura, o evento contou com a presença da Deputada Dra. Clair (PT/PR, presidente da Frente Parlamentar e Social de Acompanhamento da Dívida), do Conselheiro Federal da OAB pela Bahia, Arx Tourinho, e de Sandra Quintella, da Campanha Jubileu Sul. Na ocasião, foi proposta a formação de Comissão Parlamentar pela instalação da Auditoria da Dívida, composta por parlamentares e por entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil que, dia 8 de novembro, acabara de aprovar Ação, junto ao Supremo Tribunal Federal, para obrigar o Congresso Nacional a auditar os atos e fatos geradores da dívida externa brasileira.

No painel da manhã, foi feito um diagnóstico da questão da Dívida Externa, sendo ressaltado o caráter ilegítimo destas dívidas, e a necessidade de uma Auditoria. Os expositores foram Marcos Arruda (PACS), que falou sobre o tema “Dívida, Comércio e Políticas Sociais”, Beverly Keene (Jubileu Américas), expondo o contexto internacional da formação da dívida, Dércio Garcia Munhoz (UnB), com o tema “Dívida e o Desenvolvimento Nacional”, e o Padre Gabriele (CONIC), falando sobre “Ética e Dívidas Sociais”. A mesa foi presidida por Ana Mary Carneiro, do Unafisco Sindical.



Mesa da manhã: Marcus Arruda (PACS), Beverly Keene (Jubileu Américas), Ana Mary (Unafisco), Dércio Garcia Munhoz (UnB) e Padre Gabriele (CONIC). Foto: Cadu



Integrantes do MST durante a abertura do Seminário. Na mesa, o Conselheiro Federal da OAB Arx Tourinho, a Deputada Federal Dra. Clair (PT/PR) e Sandra Quintella, do PACS. Foto: Cadu

Na parte da tarde, coordenada por Dalila Pedrini (Cáritas), foram expostos casos exemplares de auditorias já realizadas em países da América Latina. A experiência brasileira foi apresentada por Rodrigo Ávila (Campanha Auditoria Cidadã da Dívida), que foi seguido por Ivonne Yanez (Acción Ecológica), do Equador. A equatoriana tratou sobre o tema da dívida ecológica, informando que, no Equador, há muitos projetos financiados externamente – inclusive pelo BNDES, do Brasil – que causaram danos ao meio ambiente. Após, Ercilio Moura (Plataforma Interamericana de Direitos Humanos - PIDH) apresentou a experiência peruana, mostrando um exemplo de Dívida Ilegítima: o caso Elliot. Por fim, Jorge Acosta (PIDH-

Equador) listou os argumentos jurídicos, constantes no Direito Internacional, que conferem à dívida externa seu caráter ilegítimo ou ilegal.

À noite, foi realizada Mesa de Parlamentares, com a presença do Deputado Estadual Renato Simões (PT/SP), os Deputados Federais Ivan Valente (PT/SP) e Maninha (PT/DF) e o Senador Eduardo Suplicy (PT/SP).

Os parlamentares foram unânimes em apontar a Dívida como um entrave ao desenvolvimento e à solução dos problemas sociais no Brasil, e apoiaram a realização da Auditoria. A mesa de parlamentares foi coordenada por Sandra Quintella (PACS).

Vejam, a seguir, a Declaração do Seminário.

CONTRIBUIÇÕES PARA INCENTIVAR A REALIZAÇÃO DE AUDITORIAS FRENTE À ILEGITIMIDADE DA DÍVIDA EXTERNA

Oficina Internacional da Auditoria das Dívidas - Brasília, 09 a 11 de novembro de 2004

Recentemente, as distintas campanhas e organizações que trabalham com o tema da dívida começaram a exigir a realização de uma Auditoria oficial das dívidas de cada um dos países. Como parte deste mesmo caminho, nos reunimos na Oficina Internacional da Auditoria das Dívidas, em Brasília, para avançar no debate político e metodológico em torno da importância e características das Auditorias, assim como para sistematizar as experiências de distintos países na região. As idéias que compartilhamos e que damos continuidade têm por objetivo impulsionar a realização de Auditorias, assim como convidar os movimentos e organizações de todo o continente a incorporarem em suas práticas e estratégias esta ferramenta frente à dívida.

1. POR QUE UMA AUDITORIA:

Reafirmamos que a Dívida Externa é um mecanismo perverso de reciclagem do modelo financeiro internacional a serviço dos sistemas capitalistas, que convertem os países pobres em exportadores líquidos de capitais:

- que empobrece os nossos países – incluindo os chamados países de renda média – e condena à miséria nossos povos, violando nossos direitos humanos integrais, nossa soberania e nossos direitos à autodeterminação;
- que pretende hipotecar o nosso futuro aumentando a dependência de nossos países com a imposição de novos créditos e condicionalidades;
- que a Dívida Externa é um instrumento do projeto neoliberal de liberalização financeira e comercial, cujo avanço hoje se negocia em diversos planos como a ALCA, os TLC's bilaterais e sub-regionais, os acordos com a União Européia e a América Latina, e a Organização Mundial do Comércio;



Na mesa de parlamentares, o Deputado Estadual Renato Simões (PT/SP), o Deputado Federal Ivan Valente (PT/SP) e Sandra Quintella (PACS) Foto: Davi

- que é um mecanismo de geração e acumulação da Dívida Ecológica e da Dívida Social, tanto pela destinação dos empréstimos recebidos, como pela pressão que exerce sobre nossos países para exportarem e obterem divisas;
- que leva ao aprofundamento da violência, das disparidades econômicas e sociais, e à desigualdade gênero;
- que está a serviço da militarização e do armamentismo, levando à criminalização das lutas pelo reconhecimento e resgate das Dívidas Sociais, Ecológicas e Históricas;
- que na maioria dos casos o processo de acumulação da Dívida Externa é ilegítima e ilegal, incluindo formas fraudulentas e corruptas, e pode-se dizer, de forma feroz, obrigando nossos países

a pagar grandes amortizações, comissões e juros usurários, e convertendo-nos em devedores eternos; e



Na mesa de parlamentares, a Deputada Federal Maninha (PT/DF) e o Senador Eduardo Suplicy (PT/SP) Foto: Davi

- que a Dívida Externa também tem formas jurídicas e alcance político que criam a obrigatoriedade de seu cumprimento nas condições que são determinadas pelos credores, incluindo as organizações financeiras como o FMI, o BM o BID entre outras.

Por tudo isso, consideramos necessária a realização de uma análise profunda sobre os motivos e a maneira na qual foram contraídas as Dívidas Externas, sobre os montantes desembolsados para o pagamento dos juros e amortizações, assim como as consequências que trouxeram e que trazem para os nossos povos e países.

Esta Auditoria deve refletir a dimensão política e estratégica da Dívida Externa, requerendo um desenho rigoroso e uma ampla participação da sociedade civil, multisetorial e interdisciplinar.

Esta Auditoria faz parte da obrigação do Estado de prestar contas aos seus cidadãos e cidadãs, e do direito que tem o povo de estar informado, de participar das decisões sobre as políticas que o afetam e exercer controle e vigilância sobre as ações do governo.

2. OBJETIVOS DA AUDITORIA:

- Demonstrar as condições da ilegitimidade e a ilegalidade da Dívida Externa exigida aos nossos países;
- Fundamentar que a dívida já foi paga e que não devemos continuar pagando-a;
- Mostrar a co-responsabilidade dos credores junto com os governos e grandes grupos econômicos de nossos países e expor elementos concretos para a sanção dos crimes e violações cometidos contra os direitos humanos;
- Demonstrar a relação que há entre a Dívida Externa e os impactos sobre os ecossistemas no cumprimento, por parte dos estados, das obrigações contidas nos tratados internacionais em matéria de direitos humanos;
- Estabelecer que os países e instituições credoras converteram-se em devedores de uma Dívida Social e Ecológica com os países e povos empobrecidos;
- Viabilizar a relação entre a Dívida Externa, os tratados de livre comércio e a militarização como parte do mesmo modelo;
- Fortalecer a organização e a mobilização da sociedade frente a Dívida Externa;
- Favorecer a elaboração de estratégias e políticas concentradas em nossos países para enfrentar a pretensão dos credores de condenar os povos ao pagamento indevido, fazendo uma Dívida Eterna e um Assassinato Silencioso;
- Fortalecer o movimento pelo repúdio e anulação desta Dívida que não devemos, pela restituição do que já foi pago indevidamente e pela reparação das consequências.

3. METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DAS AUDITORIAS:

- As Auditorias devem ser integrais e multicriteriais, incorporando o uso de uma ampla gama de indicadores que permitem a investigação e demonstração das características e processos de acumulação da Dívida Externa, assim como também das Dívidas Ecológicas, Sociais e Históricas;

- Devem ser um instrumento participativo, com um caráter multisetorial e interdisciplinar que comprometa a todas as organizações e movimentos políticos, sociais, econômicos, espirituais, culturais entre outros, nacionais e internacionais;
- Devem ser um canal de informação e formação que permitam à sociedade, de modo conjunto, viabilizar e avaliar a incidência da Dívida Pública nas políticas e no orçamento oficial;
- Devem contribuir para desmascarar o discurso ideológico, publicamente estabelecido na questão da Dívida Externa, que promove a aceitação, a resignação e a passividade frente ao verdadeiro caráter da dívida, frente à possibilidade de desenvolver alternativas;
- Devem partir dos dados fidedignos, dos processos de uma maneira rigorosa e transparente com a confiabilidade e responsabilidade social;

4. CONCLUSÕES E ENCAMINHAMENTOS:

- No cenário atual da América Latina e Caribe, assim como em outras partes do mundo, constatamos que têm se multiplicado as iniciativas e ações contestatórias contra o pagamento da Dívida Externa, refletindo assim um claro repúdio à Dívida, por parte das pessoas e organizações. Neste contexto, devemos impulsionar as Auditorias como ferramenta estratégica, potencializando junto outras formas de luta e mobilização que busquem denunciar e acabar com a Dívida Ilegítima e Ilegal e suas conseqüências.
- As autoridades nestes países demonstraram uma grande insensibilidade e um comportamento servil frente às ordens dos centros de poder financeiro internacional. Continuam pagando a Dívida Externa ao custo da acumulação cada vez maior das Dívidas Públicas, Sociais e Ecológicas. Diante disso, devemos reiterar a exigência a nossos governos que suspendam os pagamentos da Dívida Externa, assim como a contratação de novos créditos.
- Para alcançar estes objetivos, reconhecemos a importância de buscar uma maior e melhor coordenação em nível regional e global, assim como também a necessidade de fortalecer as alianças estratégicas que favorecem os processos de acumulação de poder social e político, convocando neste sentido a formação de uma forte mobilização, ampla e plural, em todo o nosso continente e globalmente para exigir e fazer o possível para a realização de Auditorias em cada um de nossos países.
- Neste caminho, convocamos especialmente as organizações e movimentos sociais a participar ativamente da Assembléia dos Povos Credores da Dívida Social, Ecológica e Histórica, assim como na Oficina sobre Auditoria da Dívida Externa, Ecológica, Social e Histórica, que realizaremos durante o V Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em Janeiro de 2005.